

ATA REFERENTE À 228ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
URBANO E MEIO AMBIENTE – CONPLAM.

1 Aos dez dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e treze, reuniu-se no auditório da
2 Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB, situado na Rua Raimundo
3 Chaves, 2000 – Lagoa Nova, o Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente -
4 CONPLAM, na 228ª Reunião Ordinária do colegiado, sob a presidência de Senhor Marcelo
5 Saldanha Toscano. Presentes os conselheiros: Raimundo Nonato Mota, Titular da Aeronáutica,
6 Carlos Magno Bezerra de Araújo, suplente da Associação dos Geólogos do RN – AGERN, Ana
7 Adalgisa Dias Paulino, Titular da FIERN, Néio Lúcio Archanjo, Titular do IAB, Davi Queiroz
8 de Medeiros Titular Sindicato dos Economistas do RN, Erijansen de Sousa Maciel, suplente da
9 MARINHA, Patrícia Silva Luz de Macedo, Titular da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB,
10 Fabrício de Paula Leitão e Maria Cristina de Moraes, respectivamente Titular e suplente da
11 Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Keila Brandão Cavalcanti, Suplente do
12 Sindicato dos Sociólogos. O presidente, Marcelo Saldanha Toscano, abre a sessão da 228ª
13 reunião ordinária, é feita a leitura da pauta, houve a posse da conselheira, Patrícia Silva Luz de
14 Macedo, representante, Titular, da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, logo em seguida o
15 conselheiro, Raimundo Nonato Mota, representante titular da Aeronáutica, inicia a apresentação
16 do relatório, do pedido de vista, do processo de número 056183/2012-71(ZPA6) falando sobre a
17 importância da defesa do território nacional, o que compete ao Conselho de Defesa Nacional e a
18 sua composição. No seu relato o conselheiro apresenta a tramitação do processo da ZPA6,
19 informa que, em maio de 2012, o referido processo foi distribuído em reunião, ao conselheiro
20 Marcelo Maranhão Alves Cardoso para relato, sendo inserido novamente na pauta da 223ª
21 Reunião Ordinária do Conplam em 02 de julho de 2013, onde o conselheiro Marcelo Maranhão o
22 apresentou à plenária, porém antes que entrasse em votação, o conselheiro da Aeronáutica pediu
23 vista. Dando continuidade ao seu relato o conselheiro, Raimundo Nonato Mota, destaca alguns
24 órgãos que deram a sua contribuição, tais como: Ministério Público, Secretaria de Mobilidade
25 Urbana – SEMOB, Conselho Municipal de Saneamento Básico – COMSAB e a Associação dos
26 Moradores dos Parques Residenciais de Ponta Negra e Alagamar – AMPA. O conselheiro segue
27 a apresentação do seu relato fazendo a leitura de alguns ofícios que dão conhecimento e
28 apresentam considerações a respeito do processo de regulamentação da ZPA6. Ao ler o ofício,
29 do Ministério da Defesa, de número 132/GC4/45158, de 29 de novembro de 2012 ficou claro que
30 o Comando da Aeronáutica é de parecer desfavorável às propostas de criação de Zonas de
31 Proteção Ambiental em Área Patrimonial da União sob a responsabilidade do CLBI. Fez menção
32 ao art. 17, da Lei Complementar nº 082/2007, no qual, o artigo mencionado, considera como
33 Zona de Proteção Ambiental a área na qual as características do meio físico restringem o uso e
34 ocupação, visando a proteção, manutenção e recuperação dos aspectos ambientais, ecológicos,
35 paisagísticos, históricos, arqueológicos, turísticos, culturais, arquitetônicos e científicos, foi
36 também citado que alguns itens do art. 5º da proposta do projeto de lei, irá inviabilizar as
37 atividades do Centro de Lançamento, tais como: a) utilização de fogo para qualquer finalidade;
38 b) utilização de produtos tóxicos; c) instalação de postos de combustíveis; d) intervenções
39 visando ao rebaixamento do lençol freático; e) movimentação de terra e extração de areia; f)
40 abertura de logradouro; g) compactação do solo e pavimentação de vias existentes com material
41 impermeável; h) construções em geral executando-se os casos que se destinem a obras de
42 interesse público que sejam compatíveis com os objetivos da ZPA-6; e i) o artigo 9º do
43 Anteprojeto de Lei. Em sua conclusão ele diz que durante a criação das ZPAs nos anos noventa,
44 o Comando da Aeronáutica não foi instado a se manifestar, visto que ele é responsável pela área
45 e lá se encontra instalado há mais de 48 anos e que além das suas atribuições constitucionais,



46 vem sendo responsável pela manutenção do equilíbrio ambiental onde mantém convênio com
47 várias instituições com fins de preservar a área e o meio ambiente. Fica aqui, então, registrado
48 que o Comando da Aeronáutica é de parecer desfavorável a qualquer proposta de
49 regulamentação de ZPA ou criação de Unidade de Conservação na área atualmente utilizada pelo
50 centro de lançamento da Barreira do Inferno. Concluídos os trabalhos o Presidente agradeceu a
51 presença de todos, lembrando a data da próxima reunião extraordinária no dia 17 de Dezembro e
52 nada mais havendo a declarar o senhor Presidente, Marcelo Saldanha Toscano, deu por encerrada
53 a 228ª Reunião Ordinária e para constar eu, Luciana Araújo, Secretária Executiva do colegiado,
54 lavrei a presente Ata que lida e aprovada vai assinada por mim e pelos presentes, 10 de Fevereiro
55 de 2015.



Luciana Araújo
Secretária Executiva



Marcelo Saldanha Toscano
Presidente

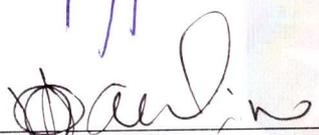
PRESENTES:



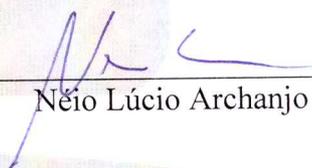
Raimundo Nonato Mota



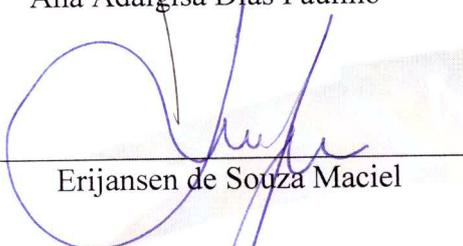
Carlos Magno Bezerra Cortez



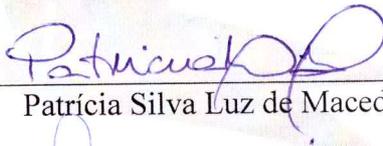
Ana Adalgisa Dias Paulino



Néio Lúcio Archanjo



Erijansen de Souza Maciel



Patrícia Silva Luz de Macedo



Davi Queiroz de Medeiros



Fabrício de Paula Leitão



Keila Brandão Cavalcanti